

# **OPINIÃO PÚBLICA E VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: O CORPO FEMININO COMO ENQUETE SOCIAL**

## **PUBLIC OPINION AND SIMBOLIC VIOLENCE: THE FEMALE BODY AS A SOCIAL SURVEY**

DOI: 10.15668/1807-8214/artemis.v22n1p112-122

### **Resumo**

O presente trabalho tem como objetivo relacionar a influência da opinião pública desde a sua gênese no controle do corpo feminino. O artigo fará uso da sócio-história da formação da opinião pública e da construção do imaginário a respeito do comportamento feminino. O intuito do trabalho é tratar a questão da violência simbólica presente nas estruturas da opinião pública, para tal reflexão, serão usados dois exemplos de enquete social a respeito do corpo feminino.

**Palavras-chave:** Opinião Pública. Corpo Feminino. Violência Simbólica.

### **Abstract**

This present work aims to relate the influence of public opinion and its genesis in the control of female body. This article is going to use the socio-historical aspect of formation of public opinion and the construction of the collective imaginary concerning the feminine behavior. The intent of this work is to analyze the issue of symbolic violence present in the structure of public opinion; for such reflection two examples of social surveys concerning the female body will be used.

**Keywords:** Public Opinion. Female Body. Symbolic Violence.

---

### **Jéssica Miranda**

Mestranda em sciences sociales et politiques pelo Institute de Institut d'études politiques – Sciences Po / Strasbourg, France.  
E-mail: jessicabraga30@hotmail.com

## Introdução

O presente trabalho tem como objetivo principal relacionar a influência da opinião pública – desde a sua gênese no século XVIII – com a tentativa de controle do corpo feminino através da violência simbólica promovida por esse meio.

Inicialmente, para compreender de que forma foi construído o imaginário social a respeito do comportamento da mulher e a redução do seu papel social ao âmbito privado e reprodutivo, será realizada, cronologicamente, ao pensamento de Aristóteles, Galeno e Rousseau, o controle e dominação feminina em momentos históricos distintos. Será feita também uma retrospectiva sócio-histórica da formação da opinião pública, expondo sua característica conservadora e misógina, que excluía, desde o início de sua formação, a participação da mulher nas rodas de debates sociais, limitando a atuação feminina ao espaço privado.

Após o diálogo a construção social e histórica do papel da mulher na sociedade e a história da formação da opinião pública, será realizado o debate entre a dominação dos corpos a partir da ótica teórica da violência simbólica exercida pela mídia - que desde sua formação, apesar das transformações do mundo social, insiste em controlar o corpo feminino – tratados nos trabalhos de Bourdieu, será fundamental para analisar a maneira que mídia, também formadora da opinião pública, reforça a violência de gênero, quando coloca, no centro de um “júri social”, o comportamento feminino, que fica à mercê do julgamento público.

Para o exemplo desse tipo de comportamento, citarei duas polêmicas diferentes a respeito do corpo feminino, a primeira, referente à pesquisa de opinião pública sobre a possível culpa da mulher que sofre/sofreu violência sexual, no Brasil, e, em seguida, um debate um pouco fora da realidade brasileira, a polêmica do uso do Burkini – roupa de banho islâmica para mulheres – nas praias francesas. O que esses dois “eventos” têm em comum, é que ambos colocam o corpo da mulher em julgamento público.

A partir das exposições desses acontecimentos, o artigo fará um diálogo sobre a manifestação da violência simbólica a partir dessa enquete social proposta na atualidade.

## Primeiros discursos a respeito do comportamento feminino

Controlar, dominar e domesticar o corpo e a sexualidade da mulher não são fenômenos exclusivos das sociedades modernas. Limitar a atuação do papel feminino, reprimir a sexualidade e a liberdade do próprio corpo só foi permitido com a legitimação de um discurso misógino e estruturado nas sociedades, com a ajuda, inclusive, de inúmeros filósofos e escritores, que, através das suas obras, contribuíram para criar e impor ao imaginário social a figura de uma mulher submissa, frágil e limitada ao espaço privado – o próprio lar.

Através de uma ordem cronológica da história da sociedade, é percebido que, desde a Idade Média, perpassando a Era Moderna, o corpo e a sexualidade da mulher sempre foram controlados, reprimidos e domesticados, cuja atribuição estava ligada aos espaços domésticos, como defende DEL PRIORE (1993), ao apontar o papel da mulher era resumido ao lar, sendo responsável pelo cuidado dos filhos, do marido etc. Sua integração ou inserção na sociedade se dava somente através do casamento e da maternidade. A dominação e opressão sobre a mulher se davam por meio de mecanismos imbricados ao controle do seu corpo, da sua sexualidade e da sua reprodução, cujos objetivos eram: normatizar seus corpos e almas, esvaziá-las de poder ou saber, limitando a sua atuação enquanto sujeito às questões familiares e privadas (DEL PRIORE, 1993).

Foucault (1988), em sua obra História da sexualidade, afirma que, ao longo da história, sempre houve uma estreita ligação entre poder, saber e sexualidade. Para o autor, esta trilogia serviu em muito para a dominação, opressão e domesticação da mulher, principalmente, a partir da Era Moderna, com seus novos paradigmas de racionalização, tecnicismo, normalidade e ordem, em que a igreja, a medicina, os discursos jurídicos e o Estado atuavam com o mesmo objetivo: demonizar/santificar a mulher e, como consequência, dominá-la. A primeira com seu poder ideológico, legitimado pelos médicos e pelos juristas e o Estado com seu poder repressivo.

Retomando a necessidade de delimitar uma cronologia para entender como, ao longo da história, o discurso patriarcal foi legitimado, na obra “O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: um estudo sobre a

mulher, o masoquismo e a feminilidade”, Nunes (2000) indica que o controle e dominação da mulher pode ser dividido em três momentos históricos distintos, ligados, cronologicamente, ao pensamento de Aristóteles, Galeno e Rousseau.

Segundo o autor, o primeiro momento histórico, qual seja, a Antiguidade, foi mediado pela perspectiva de Aristóteles, que defendia que a diferença entre os sexos não estava relacionada às genitais, mas, às diferenças de calor que homem e mulher tinham em seus corpos. “Sendo assim, o responsável pela geração do feto era o pai, pois somente este tinha o calor vital necessário à formação da vida, uma vez que o corpo da mulher seria frio, não sendo, portanto, capaz de transmitir a vida. Sua função era apenas gerar a semente que vinha do homem”(NUNES, 2000).

O segundo momento histórico, o autor aponta que os estudos de Galeno colaboram para a legitimação do discurso de inferioridade feminina. Galeno fundamenta sobre a identidade dos dois sexos, entretanto, com uma semelhança inversa entre órgãos masculinos e femininos. Para Galeno, os órgãos genitais do homem e da mulher não eram essencialmente diferentes. Todavia, na mulher, o órgão genital estava dentro do corpo, ao passo que o órgão genital do homem estava na parte externa. Seguindo a perspectiva aristotélica, Galeno também fazia referência ao calor corporal de homens e mulheres. Para ele, a mulher era mais fria do que o homem, portanto, o homem era mais perfeito. A mulher seria a representante inferior de um sexo cujo potencial máximo de realização só era elencado ao corpo masculino.

A mulher seria, portanto, um homem com algo ‘a menos’, como aponta Nunes (2000). O paradigma aristotélico e de Galeno permanece ao longo dos anos. No entanto, a partir do século XVII, esse paradigma é questionado pela nova elite intelectual da era Moderna, os médicos, que, influenciados pelo novo paradigma cartesiano que marca início de uma nova era – a moderna –, pregavam que homens e mulheres possuíam a mesma razão. No entanto, eram marcados pelas diferenças dos órgãos sexuais. Sendo assim, esse novo paradigma foi fundamental para marcar que o caráter, a personalidade e o temperamento dos seres independem das diferenças sexuais.

Destarte, no terceiro momento dessa breve cronologia, o momento histórico que dá início a

modernidade é marcado por inúmeras e significativas transformações sociais, políticas e econômicas. A era moderna é caracterizada pelo advento do movimento iluminista, que substituiu o pensamento teocêntrico pelo científico. Nesse momento, as questões a respeito do corpo feminino passam a ser estudado e reinterpretado, numa ótica científica. No entanto, é importante destacar que, apesar dos inúmeros avanços sociais conquistados graças ao iluminismo, as barreiras morais oriundas do pensamento cristão não foram ultrapassadas. Esse período histórico foi influenciado, principalmente, pelo pensamento de Rousseau e de outros filósofos iluministas.

Mesmo com a conjuntura de uma sociedade que ansiava por transformação, ocorre, nesse período, a necessidade de fundamentar a hierarquia de gênero e de explicar as possíveis razões da restrição da mulher no espaço privado, o lar. A partir desta concepção, a justificativa defendida se baseava nas diferenças biológicas naturais entre os sexos e conforme essas diferenças, Nunes (2000) aponta que o que foi proposto naquela época para justificar as hierarquias de gênero se dava às funções diferenciadas da morfologia sexual, resultando e fundamentando a ideologia das diferenças e da complementaridade dos sexos. O principal defensor desse modelo foi o filósofo iluminista Rousseau. De acordo com Nunes,

Para Rousseau a mulher não seria nem inferior, nem imperfeita, ao contrário, ela seria perfeita para sua especificidade, dotada de características biológicas e morais condizentes com as funções maternas e a vida doméstica, enquanto os homens seriam mais aptos à vida pública, ao trabalho e às atividades intelectuais. (NUNES, 2000, p. 38).

Numa das obras mais famosas do filósofo, “Emílio, ou Da Educação”, publicada em 1762, Rousseau aborda temas políticos e filosóficos discutindo a relação do indivíduo com a sociedade, esclarecendo sobre a possibilidade do indivíduo conservar sua bondade natural e viver virtuosamente a realidade social. O livro é composto em cinco “livros”: os três primeiros são dedicados à infância de Emílio, o quarto à sua adolescência, o último refere-se à educação de Sofia – a “mulher ideal” e futura esposa de Emílio. O livro V, inicia-se com uma visão clássica da religião judaico-cristã: a de que a mulher

é uma auxiliadora do homem, que não deve ficar só. Segundo (TARDIN, BARBOSA, LEAL; 2015) enquanto Emílio (representando os homens) é a representação do individualismo romântico e da liberdade em sociedade, a mulher é retratada como uma criatura dependente, pois depende de sua família, seu marido e da sociedade, que a todo momento a julga por sua aparência e ações.

A “natureza” feminina, por ser fraca, deveria servir para agradar ao homem. O posicionamento de Rousseau (2004, p. 527) é explícito na sua concepção a respeito da “natureza” feminina: “pela própria lei da natureza, as mulheres, tanto por si mesmas quanto por seus filhos, estão à mercê dos julgamentos dos homens”. Segundo esta ótica, a mulher por ser biologicamente inferior ao homem lhe deve obediência.

O filósofo afirmava que “o domínio das mulheres não lhes cabe porque os homens o quiseram, mas porque assim o quer a natureza” (Rousseau, 2004, p. 428). Esse discurso ajudou a controlar o comportamento e o trabalho da mulher, reduzindo-os aos deveres domésticos por uma suposta natureza, que a havia determinado daquela forma: A “natureza” feminina deveria ser constantemente controlada, e isto vem desde a infância. Há diferenças cruciais na educação de meninos e meninas: enquanto os meninos eram respeitados em suas vontades particulares, as meninas eram “treinadas” desde a tenra infância para que aprendam a obedecer (TARDIN et al ; 2015).

A respeito do matrimônio, Rousseau defende que é natural a mulher existir em função de sua família. Além disso, o filósofo defende que a mulher deve ter sempre um cuidado especial com sua aparência, com sua moral, com a forma como os outros a enxergam. Não basta ser, tem que parecer, como expõe (TARDIN et al; 2015), que, segundo Rousseau, não há a possibilidade de concorrência entre marido e mulher: a escolha deve ser sempre do homem, pois, assim, se preservaria a harmonia do casal. Isto fica claro quando o filósofo se refere à religião da mulher, que deve ser necessariamente ser a mesma do marido.

Rousseau, citado por Nunes (2000), é contundente em seu projeto pedagógico construído em “O Emílio”, senão vejamos:

Justificai sempre as tarefas que impuserdes às jovens, mas impondo-lhes sempre tarefas. A ociosidade e a indolência são os dois defeitos mais perigosos para elas e de

que dificilmente se curam após contrai-los. As jovens devem ser vigilantes e laboriosas; não é tudo, elas devem ser contrariadas desde cedo. Essa desgraça, se é que é uma, é inseparável do sexo, e dela nunca mais elas se libertam senão para sofrer outras bem mais cruéis. Estarão a vida inteira escravizadas a constrangimentos contínuos e severos, os do decoro e das conveniências. É preciso exercitá-las desde logo a tais constrangimentos, a fim de que não lhes pesem; a dominarem suas fantasias para submetê-las às vontades dos outros. Se quisessem trabalhar sempre, dever-se-ia forçá-las a não fazerem por vezes. A dissipação, a frivolidade, a inconstância, são defeitos que nascem facilmente de seus primeiros gostos corrompidos e sempre seguidos. Para prevenir tais abusos, ensinai-lhe sobretudo a se dominarem. Nas nossas insensatas condições de vida, a existência de uma mulher honesta é um combate perpétuo contra si mesma; é justo que esse sexo partilhe as penas dos males que nos causaram. (NUNES, 2000, p.45).

Nesse sentido, percebe-se que a construção do feminino, no contexto da Era Moderna, foi baseado dicotomia apontada por Del Priore (1993) : ou a mulher era associada à figura da maternidade e do matrimônio, à figura da “santa-maezinha”, ou à figura de agente do satã. Este dualismo servia para distinguir as mulheres puras e saudáveis, das impuras e não saudáveis, libidinosas, vadias, cujo objetivo último era o controle, a dominação e a repressão da mulher.

Segundo Nunes (2000), a ideologia da mulher demonizada teve como fundamento o seu corpo e a sua sexualidade, que representava um perigo para os homens e para toda a sociedade. Jules (1992) afirma que tais discursos misóginos defendiam que as mulheres são cheias de veneno, sem fé, sem lei, sem moderação, inconstantes, avarentas, feiticeiras, enganadoras ambiciosas, vingativas, fingidas, impetuosas, mentirosas, avarentas. Nesse sentido, Nunes afirma que:

Durante todo o século XIX, quando tentam fixar a mulher no casamento e na esfera doméstica, os discursos médicos constroem uma dupla imagem feminina. De um lado, colocam a mulher como um ser frágil, sensível e dependente, construindo um modelo de mulher passiva e assexuada; por outro, verifica-se o surgimento de uma

representação de mulher como portadora de uma organização física e moral facilmente degenerável, dotada de um ‘excesso’ sexual a ser constantemente controlado. Nessa perspectiva procura-se patologizar qualquer comportamento feminino que não correspondesse ao ideal de esposa e mãe, tratando-o como ‘antinatural’ e ‘anti-social’. (NUNES, 2000, p.12).

Por fim, é perceptível, a partir do posicionamento ideológico, historicamente construído, em diversos momentos da história social, sempre foi utilizado para legitimar aos mecanismos de controle do corpo e da sexualidade feminina. Essencialmente, foi utilizado para a hierarquização entre os sexos e, conseqüentemente, na violência de gênero ao longo dos séculos. Esse discurso satisfaz os interesses, religiosos, dos seguimentos conservadores e machistas da sociedade, proporcionando um modelo ideológico de dominação e controle da sexualidade, que favorecia a dominação social masculina. Intrinsecamente ligado à ideia de procriação, sendo o sexo, aquele pecado por excelência, criando um saber-poder que diz o que é verdadeiro e o que é falso quando o assunto diz respeito ao sexo e à reprodução. Para o exercício desse tipo de controle, foram utilizados os discursos sexistas e os mecanismos de poder de cada época para associar o feminino, ou “como agente do satã”, ou com a “santa-mãe”, como exposto, a fim de manter uma “coesão social feminina” através desses discursos legitimados.

### Sócio-história da formação da opinião pública

Inicialmente, para melhor compreensão de uma definição, é necessário destacar que a opinião pública tem a sua gênese na idade moderna, como o “tribunal” que legitima e fiscaliza o exercício do poder político, ao expressar a voz do “público esclarecido”.

A opinião pública surge como uma necessidade de uma nova classe emergente no século XVII de participar das decisões políticas, que, até o momento, eram restringidas aos líderes monárquicos. De acordo Habermas (1984), o desenvolvimento do capitalismo mercantil na Europa do século XVII, principalmente na França, Alemanha e Inglaterra, provocou o surgimento de um novo espaço situado entre a esfera privada e o Estado, caracterizado pela discussão livre e racional e no qual

as opiniões se legitimariam não mais a partir de fatores sociais externos – como poder, riqueza e prestígio –, mas através de argumentos racionais sustentados em meio ao debate público.

A opinião pública e a esfera pública burguesa surgiram na trilha da troca de mercadorias e da troca de informações, promovida com o capitalismo financeiro e mercantil, desenvolvidas com as feiras, os burgos e o surgimento dos primeiros correios e imprensa.

O desenvolvimento e o fortalecimento do comércio, o surgimento das companhias e das sociedades por ações, o progresso cada vez maior do mercado exterior, passam a exigir maiores garantias institucionais, ou seja, no caso, políticas e militares, para as suas proteções. Simultaneamente, começam a criação do Estado-nação, que nacionaliza economias antes mais localizadas, e do Estado moderno como centralização política, com administração e exército permanentes: é a consolidação do chamado “poder público”, sendo, aqui, “público” sinônimo de “estatal”. Segundo Almeida (1998), há um fortalecimento do Estado e da burguesia, porém, o Estado sendo dirigido pela nobreza e a burguesia sendo privada do poder. Almeida (1998) afirma que esses são os elementos fundamentais que proporcionaram o surgimento da esfera pública burguesa: a força emergente e paulatinamente hegemônica na economia está desprovida de poder político. Ou, conforme Almeida (1998), essa forma emergente é fraca no sentido de “poder público”, porém, garante uma posição central no “público”. Em contrapartida, vai se tornando também mais educada (letrada) e se constituindo como um público economicamente poderoso que consome informações (imprensa), discute suas preocupações culturais e materiais em variados fóruns informais (como cafés e salões de festas), ou formais (como clubes de leitura), e busca influir nos rumos políticos.

Portanto, a “esfera pública burguesa pode ser entendida inicialmente como a esfera de pessoas privadas reunidas em um público” (Habermas, 1984) com o intuito de defenderem a sua liberdade econômica e atacar o próprio princípio de dominação vigente, ou melhor, torná-lo racional: não baseado numa superioridade determinada por uma origem hereditariamente nobre, mas, no melhor argumento racionalmente submetido à opinião pública. “A esfera pública burguesa surge em “espaços culturais tornados públicos”, num campo tensional entre Estado e

sociedade civil, ou seja, como uma ponte entre a sociedade decadente representada pela corte e a nova sociedade emergente” (ALMEIDA, 1998).

Segundo Almeida (1998) o processo de transição que se dará terá claras marcas nacionais. Na Inglaterra, mais negociado entre a burguesia e a aristocracia, em torno de uma maior abertura na esfera pública parlamentar ainda com a participação da corte e com o governo encabeçado pelo monarca. Processo facilitado pelo hibridismo econômico de certos setores feudais e burgueses: proprietários de terra que investem no comércio, enquanto burgueses compram terras. Na França, com a ruptura mais radical da Revolução Francesa. Na Alemanha também de forma mais negociada e menos pública devido a uma relativamente menor força da burguesia.

No entanto, mesmo com suas particularidades, segundo Habermas, a esfera pública burguesa mantém uma série de características básicas semelhantes: a reunião permanente de pessoas privadas num público buscando formar racionalmente uma opinião pública baseada no melhor argumento; onde a autoridade do melhor argumento se sobrepõe à hierarquia social e se contrapõe a esta, colocando-se, neste sentido, o burguês como um ser humano com direitos universais e não inferior ao aristocrata. Mas, a esfera pública burguesa nasce como esfera de proprietários privados. Dela ficavam fora as mulheres e os empregados, pois eram vistos como pessoas sem autonomia para decidir em razão do melhor argumento. Mesmo assim, esta “ficção de uma esfera pública” (Habermas, 1984) ganha legitimidade naquele contexto de luta da sociedade civil contra a mercantilismo e o absolutismo, pois convergiam os interesses dos proprietários privados com o das liberdades individuais, porque a propriedade privada era vista como a base da liberdade e mesmo da igualdade, permitindo com que a burguesia identificasse a sua emancipação política com a emancipação política em geral e mesmo com a emancipação humana, reivindicando, por tanto o direito de ter sua voz e sua opinião legitimadas pelo Estado.

A breve sócio-história da opinião pública, exposta por Habermas (1984), demonstra que a essência da formação desse fenômeno social é de caráter conservador, burguês e misógino. O conceito de opinião pública nos remete à idealização de grupos sociais, de público, de opinião e de indivíduo. Segundo Da Via (1983), a opinião

é conjunto de crenças a respeito de temas controversos, ou relacionados com interpretação valorativa, ou o significado moral de certos fatos.

Há inúmeros conceitos a respeito do assunto, destaco o conceito da autora Augras (1970), que explica que “[...] a opinião é um fenômeno social. Existe apenas em relação a um grupo, é um dos modos de expressão desse grupo e difunde-se utilizando as redes de comunicação do grupo”, nesse sentido, é entendido que a opinião tem sua origem nos grupos e esses grupos transformam-se em públicos, quando se organizam em torno dos temas de discussão e de interesse público. Assim, eles discutem e procuram uma atitude comum. De acordo com Da Via (1983), atitude é “uma tendência para atuar, agir. Relaciona-se com os hábitos, com os comportamentos e transforma-se em opinião quando adquire um caráter verbal e simbólico [...]”.

No entanto, é importante destacar que, nas múltiplas facetas sociais, a opinião pública não é formada de maneira homogênea. Com todas transformações de cunho cultural, econômico e político, é evidenciado a complexidade dos grupos sociais, logicamente, o que existe, de fato, são inúmeras opiniões públicas. Alguns autores como Correa (1988) sugerem entender a opinião pública,

Como sendo um processo intelectual, iniciado com o surgimento de questões de interesse comum, submetidas aos diferentes pontos de vista, seguidas pela deflagração da controvérsia, derivando esta em soluções alternativas, cuja opção sugere o acordo (CORREA, 1988, p. 43).

Entretanto, não se forma atualmente, no plano coletivo, um consenso, não se constrói uma única opinião baseada na racionalidade, como propusera Habermas (1984). Tampouco é consentido a todos os públicos o direito da mesma visibilidade midiática como, por exemplo, o acesso aos grandes e principais telejornais. Nesse sentido, pode-se dizer que, na verdade, o que se entende por opinião pública nada mais é do que a opinião de um determinado público, geralmente, o público detentor do acesso aos principais veículos midiáticos. Sendo assim, em razão das influências dos grupos que formam a opinião dominante, o seu caráter público significa, na verdade, a expressão desta dominância e não a discussão

descompromissada de temas com vistas a extrair a melhor posição. Nesse sentido, Fonseca (2000) reconhece que a opinião pública funciona como uma expressão estratégica e fundamentalmente voltada muito mais a encobrir – interesses particularistas e privados – do que a revelar.

Grosso modo, a mídia movimenta-se e nutre-se desse ambiente indefinido constituído pelo interesse e pela opinião privados, mas, que se manifestam como públicos.

Ou seja, comparando com a gênese sócio-histórica da formação da opinião pública, que, no início, se manifestava como uma reivindicação de um determinado público caracterizado principalmente por homens burgueses na participação e decisões governamentais, apesar das transformações sociais vivenciadas, mantém-se, como citado por Fonseca (2000), a prevalência de uma opinião pública na hierarquia social entre dominantes e dominados.

Sendo assim, o público é constituído por grupos de interesse, as pessoas interessadas e os espectadores. Andrade (1980) destaca que os grupos de interesse têm importante papel na formação da opinião pública, pois “colocam a controvérsia e esforçam-se para obter aliados entre os desinteressados”. Desta maneira, podemos dizer que o desinteresse e a não informação contribuem para a ação dos grupos de interesse. Sobre isso, Andrade aponta:

Esses grupos de interesse, no seu esforço para moldar opiniões, podem provocar, pela propaganda, o estabelecimento de atitudes emocionais e sentimentos. A contrapropaganda faz aparecer, novamente, a controvérsia e o processo de discussão. Assim, pode-se notar que a propaganda é prejudicial somente quando existe apenas uma propaganda. ( ANDRADE, 1980, p.19).”

O presente trabalho não tem como objetivo construir uma reflexão sobre o impacto da publicidade na construção da opinião pública. Mas, a partir do que foi exposto, se apropriar dessa construção, para evidenciar a predominância de uma opinião pública. Entendendo como funciona o mecanismo de formação e divulgação da opinião pública, serão abordadas as facetas da violência simbólica a respeito do corpo feminino.

## O corpo feminino como enquete social

São múltiplas as formas de violência simbólica vivenciadas pelo gênero feminino. Por isso, será destacado apenas uma, das muitas: a questão do corpo feminino como enquete social. Entende-se por enquete um conjunto de opiniões ou testemunhos breves acerca de uma pessoa ou coisa, geralmente, reunido por veículo de comunicação de massa (jornal, revista, TV etc.). A enquete é uma sondagem com pouco rigor metodológico, já que não há segmentação dos entrevistados, segundo faixas da população, e a média das opiniões reflete o parecer somente daqueles que responderam às questões<sup>1</sup>.

Nesse sentido, podemos citar duas enquetes sociais, atuais, a respeito do corpo feminino. A primeira, promovida pelo Datafolha, em que os entrevistados são questionados a respeito da relação entre a roupa e o abuso sexual, sofrido pelas vítimas desse tipo de agressão. De acordo com o jornal A Folha, um a cada três brasileiros concordam com que “a mulher que usa roupa provocativa não pode reclamar se for estuprada”<sup>2</sup>, inclusive, a pesquisa aponta que, entre os entrevistados, 30% das mulheres concordam com a afirmação.

A segunda enquete social, realizada também no ano de 2016, pelo respeitado jornal *Le Figaro*, diz respeito ao uso ou não uso do *burkini* – roupa de banho islâmica. De acordo com a enquete realizada com 1001 entrevistados, com faixa etária acima de 18 anos, 64% do povo francês entrevistado se declaram contra o uso do *burkini* francês<sup>3</sup>, 6% se manifestaram a favor e 30% se disseram indiferentes.

1 Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2010/03/29/entenda-a-diferenca-entre-pesquisa-e-enquete> ; acesso: 10/10/2016.

2 Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2016/09/1815301-um-terco-dos-brasileiros-culpa-mulheres-por-estupros-sofridos.shtml> acesso: 10/10/2016.

3 Disponível em: [http://www.ifop.com/?option=com\\_publication&type=poll&id=3460](http://www.ifop.com/?option=com_publication&type=poll&id=3460) «64% des Français se déclarent aujourd’hui opposés au port du burkini sur les plages (un vêtement de bain pour femme couvrant le torse, ainsi qu’une partie des membres et de la tête). Dans le même temps, 6% s’y déclarent favorables et 30% indifférents. Ce niveau de d’opposition se révèle très similaire à celui mesuré en avril dernier sur le port du voile et du foulard dans la rue : à l’époque 63% des Français s’y disaient opposés. Il en ressort donc que les Français considèrent la plage comme un espace public « comme un autre » et y tolèrent aussi peu le port de signes religieux ostentatoires.» acesso: 10/10/2016.



Fonte: <http://imagesociale.fr/3494>

A polêmica se alarga, estendendo o debate às personalidades públicas, como o primeiro-ministro Manuel Valls, que, no dia 25 de agosto, expressou sua opinião publicamente ao BFMTV e RMX, defendendo e apoiando a proibição municipal referente ao porte do *burkini*, em que o mesmo julgou “essencial” em relação àquilo que ele enxerga como um risco para ordem pública<sup>4</sup>. O ministro fundamenta seu discurso no respeito às normas da República Francesa, como laicidade, por exemplo. Colocando, desta maneira, a liberdade de escolha de vestimenta feminina abaixo das leis de “normas sociais republicanas”.

Ambas enquetes geraram inúmeros debates, principalmente nas redes sociais, entre os diversos grupos que compartilham de opiniões similares ou não. No entanto, para além das análises e de uma reflexão sobre as estatísticas, podemos pensar na enquete como a própria forma de violência simbólica. Por que a liberdade do corpo feminino é motivo de enquete social? Seja a mulher portando o *burkini* ou a mine saia, por que esta postura é digna de enquete popular? Não seria ela uma própria violência simbólica?

A violência apresenta inúmeras “faces” e se apropria de inúmeros métodos, a violência simbólica é uma forma sutil, vivenciada pelo gênero feminino diariamente. A respeito da violência simbólica, o sociólogo francês responsável pelo conceito afirma:

Violência simbólica, violência suave,  
insensível, invisível as suas próprias

<sup>4</sup> Disponível em: <https://ns2017.wordpress.com/2016/08/27/burkini-apres-la-decision-du-conseil-detat-manuel-valls-isole/> «Le 25 août, il développait son opinion sur la question au micro de BFMTV et RMC, exprimant son soutien aux arrêtés municipaux qu’il jugeait «essentiels» face à ce qu’il voyait comme des «risques pour l’ordre public» acesso: 10/10/2016.

vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento, ou em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma prioridade distintiva, emblema ou estigma, dos quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele. (BOURDIEU, 1999, p.7-8).

De acordo com o conceito de violência simbólica do sociólogo Pierre Bourdieu, pode-se dizer que o indivíduo reproduz o discurso dominante na sociedade através de crenças e valores, na medida em que o processo de socialização fica em segundo plano. A reprodução do discurso dominante implica a exclusão do discurso do dominado. No caso da violência simbólica realizada pela mídia, a mulher – como foi exposto na sócio-história presente no trabalho –, é submetida a reproduzir o discurso patriarcal dominante. Há inúmeras maneiras de legitimar um discurso dominante em relação ao dominado. Os sistemas simbólicos-institucionais, Estado, família, religião e os meios de comunicação são responsáveis pela reprodução cultural de valores que distinguem e – muitas vezes – impõem a superioridade ou a inferioridade de uma raça, classe social ou gênero.

Segundo Pierre Bourdieu, na sua obra “O Poder Simbólico”, os sistemas simbólicos são estruturas estruturantes da sociedade que conduzem instrumentos de dominação, para legitimar o poder, seja numa relação entre classes sociais (divisão de trabalho), ou numa relação manual/intelectual (divisão de trabalho ideológico). “O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem.” (BOURDIEU, 1998. p.7-8).

Bourdieu (1998) também observa que esse poder dominante, que rege as instituições e os meios de comunicação, está em toda parte e age disfarçado para que não seja percebido. Mas, ao mesmo tempo, é reforçado e legitimado ideologicamente por essas instituições. É esse poder que também induz a violência simbólica presente na



mídia contra a mulher.

Bourdieu explica que os sistemas simbólicos são responsáveis por produções simbólicas, que funcionam como instrumentos de dominação. Bourdieu – que foi influenciado diretamente pelo marxismo –, aponta que produções de violência estão relacionadas com os interesses da classe dominante e privilegiada:

A cultura dominante contribui para a integração real da classe dominante [...]; para a integração fictícia da sociedade no seu conjunto, portanto, à desmobilização (falsa consciência) das classes dominadas; para a legitimação da ordem estabelecida por meio do estabelecimento das distinções (hierarquias) e para a legitimação dessas distinções. (BOURDIEU, 1989, p. 10).

Os sistemas simbólicos cumprem, assim, sua função social e política, a partir das suas produções, pelo acúmulo de poder material e simbólico da classe detentora desses poderes.

É assim que os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre a outra (violência simbólica) dando o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam e contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a domesticação dos dominados. (BOURDIEU, 1989, p. 11).

A respeito da violência simbólica, Sardenberg (2011) diz que “o mundo simbólico aparece como um grande quebra-cabeça a ser decifrado”, sendo nesse mundo simbólico que a violência simbólica se localiza e se manifesta, através de toda uma produção simbólica, via linguagem, arte, religião e outros sistemas simbólicos, que reforçam relações assimétricas e hegemônicas, desqualificações, preconceitos e violências de todo tipo. Segundo a autora, a violência simbólica se “infiltra por toda a nossa cultura, legitimando os outros tipos de violência” (SARDENBERG, 2011, p. 1). Roger Chartier *apud* (SOIHET, 2008, p. 198) coloca que:

[...] retomando a tese de Bourdieu, afirma que a construção da identidade feminina teria se pautado na interiorização pelas

mulheres das normas enunciadas pelos discursos masculinos; o que corresponderia a uma violência simbólica que supõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação. Assim, definir a submissão imposta às mulheres como uma violência simbólica ajuda a compreender como a relação de dominação – que é uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída – é sempre afirmada como uma diferença de ordem natural, radical, irredutível, universal. (CHARTIER, 1995, p. 40-44 *apud* SOIHET, 2008, p. 198).

A partir desta perspectiva, podemos afirmar que a violência simbólica é, portanto, a responsável pelo estímulo de todas as outras formas de violências. A violência simbólica é invisível, sutil e ainda mais perigosa, pois é reproduzida diariamente através dos veículos midiáticos, propagandas, em produções artísticas ou culturais. Nesse sentido, compreender a enquete social a respeito do corpo feminino como uma violência simbólica nos permite entender que há uma clara tentativa de reprodução do discurso misógino fundamentado desde o período aristotélico, que coloca o comportamento da mulher à mercê de um júri estruturado em valores patriarcais e conservadores, que insistem em condenar qualquer forma de conduta feminina que coloque em risco a “ordem social” como bem expressou o primeiro-ministro francês Manuel Valls à respeito do uso do véu islâmico.

## Conclusão

Os discursos protagonizados pelo público masculino a respeito da conduta e comportamento femininos, como visto, desde o período aristotélico até os dias atuais, que alguns autores como Lyotard e Harvey situam como era pós-moderna, continuam existindo e sendo propagados de diversas maneiras. Os discursos que ajudaram a construir o imaginário social e a relação de gênero entre os sexos, colocando sempre em último patamar a importância social feminina e reduzindo a mulher ao espaço privado, não foram aniquilados com as transformações sociais ocorridas no último século.

Apesar dos inúmeros e contínuos esforços do movimento feminista que lutou/luta pela emancipação política e social da mulher, bem como as reformas no mundo do trabalho que resultaram/resultam em

conquistas sociais, propondo uma ruptura com a lógica da divisão sexual do trabalho, que limitava a mulher ao trabalho reprodutivo do lar, ainda não foi possível superar o discurso conservador de caráter misógino, que se apropria de diversas ferramentas sociais na tentativa de manter legítima uma estrutura social que coloca a mulher no centro de uma “arena pública” à mercê do julgamento masculino.

A opinião pública desde a sua gênese social mantém, conforme visto, sua base conservadora, representada e representando o pensamento de uma classe dominante. Nesse sentido, tal classe se apropria dos seus recursos para legitimar seus discursos, como por exemplo, as ferramentas midiáticas – que são propriedade de uma classe dominante -, para expor sua opinião que se incorpora de uma roupagem “vendida” como pública.

Os exemplos, ainda que citados de maneira rápida, nos permitem a reflexão, para além das análises estatísticas ou do discurso do público: enquete social em si é uma violência, ainda que imperceptível. É uma tentativa de colocar/deixar que o comportamento feminino, como sua liberdade de vestir o que quiser, ainda que suas vontades sejam reflexos de práticas culturais e religiosas – como o caso do *burkini* – esteja apto ao julgamento social.

## Referências

- ALMEIDA, Jorge. Mídia, Opinião Pública ativa e Esfera Pública democrática. In: IV Congreso Latinoamericano de Ciencias de la Comunicación, ALAIC, Recife, 1998.
- ANDRADE, Cândido Teobaldo de Souza. Público e opinião pública. In: Curso de relações públicas. São Paulo: Atlas, 1980. p.15-20.
- AUGRAS, Monique. À procura do conceito de opinião pública. In: Opinião pública: teoria e processo. Petrópolis: Vozes. 1970. Cap I, p.11-19.
- BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A, 1989.
- \_\_\_\_\_. Dominação Masculina. Tradução de Maria Helena Küher. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.
- \_\_\_\_\_. O poder simbólico. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- \_\_\_\_\_. Sobre a televisão: seguido de: a influência do jornalismo e os Jogos Olímpicos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997
- CORREA, T. G. Contato imediato com a opinião pública: bastidores ação política. São Paulo. Global. 1988.
- DA VIÁ, Sarah Chucid. Opinião pública: técnica de formação e problemas de controle. São Paulo: Loyola, 1983. p. 7-58.
- DEL PRIORE, Mary. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no
- FONSECA, F. C. P. Divulgadores e vulgarizadores: a grande imprensa e a constituição da hegemonia ultraliberal no Brasil. São Paulo. Tese (Doutorado em História). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000, p. 19. 2000
- FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: a vontade do saber. 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988
- HABERMAS, Jürgen. Mudança estrutural da esfera pública. Rio de Janeiro, Biblioteca Tempo Universitário, 1984.
- JULES, Michelet. A feiticeira. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992
- NUNES, Silvia Alexim, O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- ROUSSEAU, J.J. Emílio ou Da Educação. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SARDENBERG, C. M. B. A violência simbólica de gênero e a lei “antibaixaria” na Bahia. OBSERVE: NEIM/UFBA, 2011.

SARDENBERG, C. M. B.; MACEDO M. S. Relações de gênero: uma breve introdução ao tema. In: Costa, A. A. A.; Rodrigues, A. T.; Vanin, I. M (orgs.). Ensino e gênero: perspectivas transversais. Salvador: NEIM/UFBA, 2011. p.33-48.

ROUSSEAU, J.J. Emílio ou Da Educação. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TARDIN, E. B; BARBOSA, M.; ALBERONE, P. Mulher, trabalho e a conquista do espaço público: reflexões sobre a evolução feminina no Brasil. Rio de Janeiro, 2015

Artigo recebido: 20/07/2016

Aceito: 30/11/2016